

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS - CCHB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES - DGTH
BACHARELADO EM TURISMO

Coordenação: Profa. Dra. Telma Darn

Apoio Técnico: Bel. Regina Miranda

Discentes: Alessandra Carvalho e Sofia da Silva Hoffmann

Estado da Arte do Turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)

Eixo: Gestão Pública do Turismo

SOROCABA

2026

Estado da Arte do Turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)

Eixo: Gestão Pública do Turismo

Profa. Dra. Telma Darn ¹

Bel. Regina Stella Lorena de Miranda ²

Alessandra Carvalho ³

Sofia da Silva Hoffmann ⁴

RESUMO

O presente estudo atualiza e amplia o diagnóstico da gestão pública do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), originalmente elaborado em 2017, incorporando dados coletados junto aos municípios em 2025. A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, analisou informações fornecidas por 23 das 27 prefeituras da RMS, complementadas por documentos oficiais, legislações municipais, bases institucionais da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR/SP) e registros de Planos Diretores de Turismo (PDT). Os resultados apontam avanços significativos na institucionalização do turismo, com aumento do número de secretarias exclusivas ou estruturadas, crescimento na presença de profissionais qualificados, fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) e ampliação do número de municípios com PDT atualizado. A análise revela, ainda, maior diversidade de segmentos turísticos, com destaque para o turismo rural, ecoturismo, cicloturismo, turismo histórico-cultural e gastronômico, indicando expansão das vocações regionais. Contudo, persistem desafios estruturais relacionados à descontinuidade administrativa, à ausência de indicadores de monitoramento, às desigualdades técnicas entre os municípios e ao acesso restrito aos recursos do DADETUR para aqueles que não atendem às exigências legais. Conclui-se que a RMS apresenta evolução significativa rumo a uma governança turística mais integrada e profissionalizada, embora ainda enfrente assimetrias que limitam a consolidação plena de uma política regional articulada. O estudo contribui ao oferecer uma visão atualizada da gestão turística metropolitana e recomenda ações para fortalecer capacidades técnicas, governança e planejamento de longo prazo.

Palavras-chave: Turismo; Gestão pública; Planejamento turístico; Região Metropolitana de Sorocaba; Políticas públicas; COMTUR; Plano Diretor de Turismo; Desenvolvimento regional.

¹ Profa. Dra. Telma Darn - Doutora em Geografia pelo IGCE Unesp Rio Claro (2011). Mestre em Ciências da Comunicação (Relações Públicas, Propaganda e Turismo) pela ECA/USP (1998). Especialista em Gerência de Marketing pela Universidade Ibirapuera (1993). Possui graduação em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi (1991). Atualmente é professora adjunto da UFSCar campus Sorocaba.). Coordenadora do Observatório de Turismo do estado de São Paulo (OTURESP). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Marketing e Eventos.

² Bel. Regina Stella Lorena de Miranda - Graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas(1991). Tem experiência na área de Turismo.

³ Alessandra Carvalho - Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - campus Sorocaba

⁴ Sofia da Silva Hoffmann - Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - campus Sorocaba

1. INTRODUÇÃO

O estudo do turismo em escala regional tem se mostrado cada vez mais relevante para compreender como a atividade se estrutura em territórios compostos por múltiplos municípios, dinâmicas socioespaciais interdependentes e redes administrativas compartilhadas. Conforme Santos (2013), a noção de região possibilita observar fenômenos geográficos, culturais e econômicos de forma integrada, iluminando não apenas as especificidades locais, mas também as articulações que conformam sistemas territoriais mais amplos. No âmbito do turismo, essa abordagem torna-se fundamental, uma vez que a experiência turística raramente se limita aos limites estritamente municipais; ela é, antes, fruto de uma rede de atrativos, serviços e acessibilidades distribuídos em escala regional (CRUZ, 2003).

É nesse contexto que se insere a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.241, de 8 de maio de 2014, e composta atualmente por 27 municípios. Essa região, com mais de 2 milhões de habitantes e participação significativa no Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo, apresenta diversidade expressiva de paisagens, vocações econômicas e potencialidades culturais e ambientais. Dentre seus municípios encontram-se estâncias turísticas consolidadas, municípios de interesse turístico recentemente classificados, localidades rurais com forte identidade cultural e cidades de médio porte em franca expansão urbana.

Desde a última análise estruturada do turismo na RMS, realizada em 2017 (disponível <https://www.oturesp.ufscar.br/atividades/projetos/projetos-realizados/gestao-publica-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo>), mudanças expressivas ocorreram: novos municípios conquistaram a classificação de Município de Interesse Turístico (MIT), diversos Planos Diretores de Turismo foram atualizados, a profissionalização das equipes técnicas aumentou em vários casos, e houve avanços — embora desiguais — na institucionalização do turismo como política pública estratégica. Por outro lado, desafios persistentes como a descontinuidade administrativa, a falta de corpo técnico especializado em parte dos municípios, a inatividade dos Conselhos Municipais de Turismo em algumas localidades e a ausência de planejamento formal em outras, ainda impactam o desenvolvimento turístico equilibrado da região.

Assim, oito anos após o diagnóstico inicial, a atualização do panorama do turismo na RMS torna-se não apenas necessária, mas estratégica. A presente pesquisa, baseada nos dados coletados em 2025 junto às secretarias municipais de turismo, oferece uma caracterização aprofundada e atualizada da gestão pública do turismo no território metropolitano, permitindo comparações diretas com a realidade de 2017 e apontando tendências, avanços e lacunas que influenciam a consolidação do setor.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral atualizar e ampliar o estado da arte do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba, considerando:

- a estrutura organizacional das secretarias de turismo;
- a presença de profissionais qualificados na gestão pública;
- o funcionamento e estruturação dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR);
- a elaboração, atualização e efetividade dos Planos Diretores de Turismo (PDT);
- a vocação turística dos municípios;
- o uso de recursos do DADETUR e a classificação atualizada dos MITs;
- os principais desafios relatados pelos gestores municipais;
- as expectativas de desenvolvimento turístico para os próximos anos.

A partir da análise dos dados coletados, busca-se compreender como a RMS evoluiu enquanto região turística e como os municípios vêm se articulando para fortalecer suas políticas públicas, consolidar a institucionalidade necessária à gestão setorial e ampliar suas oportunidades de desenvolvimento.

Ao final, espera-se fornecer uma visão abrangente do cenário turístico atual da Região Metropolitana de Sorocaba, oferecendo subsídios para gestores públicos, pesquisadores, entidades representativas, instâncias de governança e demais atores envolvidos no planejamento turístico regional.

2. METODOLOGIA

A atualização do panorama da gestão pública do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) exigiu uma abordagem metodológica capaz de integrar dados

qualitativos e quantitativos provenientes de diferentes fontes. Assim como no estudo original realizado em 2017, esta pesquisa mantém caráter quali-quantitativo, porém expande significativamente o escopo da coleta e da análise, considerando as transformações administrativas, políticas e institucionais ocorridas na região ao longo dos últimos oito anos.

2.1 Delineamento da pesquisa

A investigação caracteriza-se como um estudo exploratório-descritivo, cujo objetivo principal é compreender a situação atual da gestão turística municipal, identificar avanços e retrocessos e mapear os elementos que condicionam a consolidação da atividade turística na RMS.

2.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa corresponde aos 27 municípios integrantes da Região Metropolitana de Sorocaba, todos contemplados no levantamento. Diferentemente de 2017, quando houve municípios sem resposta direta, em 2025 foi possível obter retorno de 23 prefeituras, correspondendo a 85% da RMS, além de complementações realizadas via:

- sites oficiais das prefeituras,
- portais de transparência,
- legislações municipais publicadas,
- bancos de dados institucionais do Governo do Estado,
- documentos públicos e diagnósticos de PDTs atualizados,
- informações fornecidas por equipes técnicas durante eventos regionais de turismo.

Essa combinação assegurou maior completude às análises.

2.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu entre agosto e outubro de 2025 e foi organizada em quatro etapas:

ETAPA 1 — Aplicação do Formulário Oficial (Google Forms)

As prefeituras responderam a um questionário estruturado contendo perguntas abertas e fechadas sobre:

- existência de secretaria, diretoria ou departamento exclusivo de turismo;
- presença de profissionais técnicos qualificados (bacharéis, turismólogos, técnicos, guias);
- dificuldades para contratação de especialistas;
- prioridade dada pela gestão municipal ao turismo;
- detalhamento do uso de recursos provenientes do DADETUR (quando aplicável);
- funcionamento, estrutura e composição do COMTUR;
- status de atualização do Plano Diretor de Turismo;
- existência de indicadores de monitoramento de políticas públicas;
- estratégias para continuidade de ações diante de mudanças de governo;
- principais segmentos turísticos identificados;
- análise prévia junto a propriedades rurais e cooperativas;
- expectativas futuras e planejamentos em andamento.

As respostas extensas, especialmente de Araçoiaba da Serra, Itu, Piedade, Tapiraí, Tatuí e Sorocaba, enriqueceram profundamente o corpus qualitativo da pesquisa.

ETAPA 2 — Levantamento Documental Complementar

Foram analisados documentos públicos, tais como:

- Atos normativos relacionados à criação ou atualização de COMTUR;
- Plano Diretor de Turismo (PDT) atualizado ou em revisão (quando existente);
- editais de chamada pública;
- convênios do DADETUR disponíveis no Diário Oficial;
- leis de estrutura administrativa municipal;

- portarias de nomeação de turismólogos.

Esses dados complementaram respostas ausentes e permitiram verificar a veracidade das informações fornecidas pelos municípios.

ETAPA 3 — Pesquisa em fontes institucionais

A pesquisa incluiu consulta às seguintes bases:

- SISMAPA – Sistema de Monitoramento da Atividade Turística Paulista
- SETUR/SP – Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo
- SIGA – Sistema Integrado da Gestão Administrativa das estâncias e MITs
- Plataforma Mapa do Turismo Brasileiro – Ministério do Turismo
- IGRs – Instâncias de Governança Regionais
- APRECESP – Associação das Prefeituras das Cidades Estância

Essas fontes permitiram atualizar:

- municípios classificados como MIT (2025);
- status do repasse de recursos;
- datas de aprovação e revisão de planos;
- informações institucionais dos conselhos municipais.

ETAPA 4 — Tabulação e Análise dos Dados

Os dados foram sistematizados em:

- planilhas Excel, contendo 23 respostas completas;
- tabelas cruzadas, com variáveis demográficas, institucionais e classificatórias;
- análises de frequência, considerando as variáveis estruturais e funcionais;
- interpretação qualitativa, baseada em análise de conteúdo das respostas textuais.

As análises quantitativas também consideraram proporções temporais comparativas entre 2017 e 2025, permitindo verificar tendências regionais e evolução da maturidade institucional do turismo na RMS.

2.4 Classificação das variáveis

As variáveis analisadas dividiram-se em quatro núcleos:

Núcleo 1 – Estrutura Administrativa do Turismo Municipal

- Existência de secretaria exclusiva ou vinculada.
- Acúmulo de pastas (cultura, esporte, lazer, juventude, comunicação etc.).
- Profissionalização da equipe técnica.

Núcleo 2 – Instrumentos de Governança

- Funcionamento do COMTUR.
- Composição social e representatividade.
- Histórico de criação e ativação.

Núcleo 3 – Planejamento Turístico

- Existência de Plano Diretor de Turismo (PDT).
- Ano de elaboração e ano da última revisão.
- Inclusão de inventário, diagnóstico e plano de ação.

Núcleo 4 – Vocação Turística e Segmentos

- Segmentos predominantes segundo autodeclaração municipal.
- Ações estratégicas em curso.
- Projetos de desenvolvimento de atrativos.

2.5 Limitações da pesquisa

Apesar da abrangência, algumas limitações foram identificadas:

- dificuldade de retorno de 4 municípios (Alumínio, Jumirim, Sarapuí, Tietê);
- ausência de indicadores formais em vários municípios inviabilizou comparações quantitativas;
- rotatividade de gestores e falta de memória institucional afetaram a precisão dos dados históricos;

- disparidade na qualidade das respostas fornecidas: algumas extremamente completas e outras mínimas.

Ainda assim, a base de dados obtida é a mais atual e abrangente já produzida sobre gestão pública do turismo na RMS.

3. RESULTADOS

3.1 Panorama Geral: Participação dos Municípios

Das 27 cidades da RMS, 23 responderam integralmente ao formulário de 2025, representando 85% do total — o mesmo índice de retorno do levantamento de 2017, porém com respostas mais qualificadas e detalhadas.

Os municípios sem retorno direto foram:

- Alumínio
- Jumirim
- Sarapuí
- Tietê

Ainda assim, informações complementares sobre estes foram obtidas por meio de:

- dados institucionais da SETUR/SP;
- legislações municipais;
- atas e portarias disponíveis em Diário Oficial;
- atas de IGRs;
- documentos de PDTs anteriores.

3.2 Estrutura Administrativa do Turismo Municipal (2025)

A primeira dimensão analisada diz respeito à estrutura organizacional que abriga a pasta de turismo. O levantamento indica avanços significativos, mas também alta heterogeneidade entre os municípios da RMS.

3.2.1 Existência de Secretaria Exclusiva

Em 2025, 12 municípios possuem:

- Secretaria exclusiva de Turismo ou
- Secretaria em que o Turismo é a *pasta principal* (com nome destacado no organograma).

Entre eles destacam-se:

- Sorocaba (Secretaria de Turismo criada em 2025)
- Itu
- Boituva
- Araçoiaba da Serra
- São Roque
- Iperó
- Tapiraí
- Ibiúna
- Tatuí
- Piedade

Comparativamente a 2017, houve um crescimento significativo: somente 4 municípios possuíam secretarias cujo nome destacava explicitamente o Turismo.

3.2.2 Departamentos Integrados com Outras Pastas

Outros 11 municípios ainda abrigam o turismo em estruturas compartilhadas, geralmente associadas a:

- Cultura
- Esporte
- Lazer
- Juventude

- Comunicação
- Meio Ambiente
- Desenvolvimento Econômico

Exemplos:

- Cesário Lange – Turismo dentro da Diretoria de Obras, Viação, Urbanismo e Turismo
- Salto – Turismo integrado à Secretaria de Comunicação e Turismo
- Araçariguama – Secretaria de Cultura e Turismo
- Angatuba – Cultura + Turismo (secretaria recém-formada)

O acúmulo de pastas indica:

- pulverização do orçamento;
- menor autonomia para definir prioridades;
- dependência de decisões intersetoriais.

3.2.3 Municípios sem estrutura definida ou em reorganização

Apenas 1 município (Alambari) relatou que o turismo ainda não ocupa uma estrutura administrativa consolidada, apesar da existência de atividades pontuais.

Comparando com 2017, quando muitos municípios sequer tinham setor formal, isso representa uma evolução estrutural significativa.

3.3 Presença de Profissionais Qualificados (2025)

A profissionalização da gestão pública do turismo é um dos fatores mais críticos para garantir planejamento sustentável e continuidade de políticas.

3.3.1 Municípios com profissionais qualificados

Em 2025, 17 municípios da RMS afirmam possuir ao menos um profissional qualificado em turismo, incluindo:

- turismólogos formados;
- técnicos de turismo;
- monitores turísticos;
- guias cadastrados (em alguns casos usados para atendimento turístico).

Municípios com turismólogos concursados ou efetivos (casos mais sólidos):

- Sorocaba
- Itu
- Tatuí
- Araçoiaba da Serra
- Tapiraí
- Aracariguama (técnico em turismo)
- Piedade (turismólogo na diretoria)

Outros municípios possuem profissionais com formação correlata ou experiência prática consolidada, como em Cesário Lange e Angatuba.

3.3.2 Municípios sem profissionais qualificados (2025)

Os municípios que ainda não possuem profissionais qualificados alegam principalmente:

- ausência de concursos públicos específicos;
- falta de candidatos com formação na cidade;
- limitações orçamentárias;
- estrutura administrativa ainda em formação.

Exemplo destacados na planilha:

- Pilar do Sul — ausência histórica de especialista;
- Sarapuí — assessora parcial, formação em curso;

- Alumínio — sem registro disponível;
- Alambari — ausência declarada.

3.3.3 Comparação temporal 2017 × 2025

A evolução é significativa:

- Em 2017, somente 13 municípios tinham corpo técnico reconhecido.
- Em 2025, são 17 municípios — um aumento de 30,7%.

Esse crescimento está diretamente associado:

- ao fortalecimento de políticas estaduais como MIT/Estâncias;
- ao aumento da complexidade das demandas técnicas;
- à exigência de profissionais para elaboração e atualização de PDTs;
- à pressão por governança qualificada nos COMTUR.

3.4 Funcionamento dos COMTUR (2025)

A existência e o funcionamento efetivo dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) são condições obrigatórias para os municípios que desejam pleitear ou manter a classificação de MIT.

3.4.1 Diagnóstico geral

Em 2025:

- 22 municípios afirmaram possuir COMTUR ativo
- somente 1 relatou não possuir conselho estruturado (ou inativo sem previsão)

Comparado a 2017:

- apenas 14 municípios tinham COMTUR ativo
- crescimento em 2025: 57%

3.4.2 Exemplos de COMTUR bem estruturados (com atas, regimento e sociedade civil)

Municípios com conselhos modelo:

- Araçoiaba da Serra — COMTUR extremamente completo, com mais de 25 cadeiras, presença de sociedade civil, ruralistas, artesãos, poder público, instituições de ensino e até representantes ambientais.
- Itu
- Sorocaba
- Tatuí
- Piedade
- Tapiraí

Esses conselhos possuem:

- reuniões periódicas;
- deliberações registradas;
- plano de ação integrado ao PDT;
- fiscalização social do uso do DADETUR.

3.4.3 COMTUR em funcionamento limitado ou em reorganização

Casos em transição:

- Porto Feliz — retomando atividades;
- Pilar do Sul — reestruturação recente;
- Cesário Lange — possui lei, mas conselho parcial;
- Salto de Pirapora — com dificuldade de ativação;
- Aracariguama — evoluiu do status “não possui” para “em estruturação e em execução”.

3.4.4 Municípios sem COMTUR ativo

Apenas Alambari declarou não possuir COMTUR operacional, reforçando o diagnóstico já presente em 2017.

3.5 Existência e Atualização de Planos Diretores de Turismo (PDT) – 2025

O PDT é o principal instrumento de planejamento turístico municipal.

Em 2025, a RMS apresenta evolução substancial.

3.5.1 Municípios com PDT atualizado

Em 2025, 18 municípios relataram possuir PDT atualizado dentro do prazo legal, incluindo:

- Araçoiaba da Serra – PDT revisado em 2024
- Piedade – PDT atualizado
- Tapiraí – revisado
- Itu – revisado em 2022
- Tatuí – revisão 2023–2025 em andamento
- Sorocaba – PDT 2025–2027 aprovado

Comparado a 2017, quando somente 12 municípios possuíam PDT, houve aumento de **50%**.

3.5.2 Municípios em fase de atualização

- Cesário Lange
- Pilar do Sul
- Salto

Esses municípios estão revisando seus planos com apoio de órgãos técnicos como SEBRAE e SENAC.

3.5.3 Municípios sem PDT atualizado

Ainda sem PDT dentro do prazo:

- Alambari
- Talvez Sarapuí (dado incompleto)

A ausência impossibilita:

- pleito ao MIT;
- recebimento de recursos DADETUR;
- continuidade de projetos estruturantes;
- governança baseada em dados.

3.6 Uso e Acesso aos Recursos do DADETUR (2025)

Os recursos DADETUR são determinantes para infraestrutura turística.

Os dados de 2025 revelam:

3.6.1 Municípios que já receberam recursos

Exemplos de uso eficiente relatados:

Araçoiaba da Serra

- reforma do Museu José Pinto – R\$ 395 mil
- reforma do Parque Mizue – R\$ 253 mil
- melhoria do Castelinho – R\$ 615 mil
- revitalização do Horto Florestal – R\$ 571 mil

Itu

- Marco Zero
- Praça da Bike
- Terminal Receptivo
- restauro de prédios históricos

Piedade

- cobertura de praça de eventos
- sinalização turística
- obras em atrativos rurais e urbanos

Boituva

- investimentos em equipamentos para retenção de turistas e balonismo

3.6.2 Municípios que não recebem recursos

Os motivos variam:

- não são MIT (como Sorocaba, que se tornou MIT em 2025 mas receberá recursos a partir de 2027);
- ausência de PDT atualizado;
- ausência de COMTUR ativo;
- inadimplências documentais.

3.7 Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas

Em 2025, apenas 8 municípios afirmam possuir indicadores estruturados.

A maioria reconhece a necessidade, mas enfrenta dificuldades:

- falta de equipe técnica;
- ausência de cultura de monitoramento;
- falta de integração entre secretarias.

3.8 Continuidade das Políticas diante de Mudanças de Gestão

Os municípios apontaram estratégias como:

- institucionalização via lei (COMTUR, PDT, Fundos de Turismo);

- servidores de carreira;
- atas e regimentos do COMTUR;
- parcerias com SEBRAE e SETUR/SP;
- IGRs como mediadoras regionais.

3.9 Segmentos e Vocações Turísticas (2025)

A RMS ampliou sua diversidade turística. Os segmentos mais citados foram:

Turismo Rural

Destacado em: Araçoiaba, Piedade, Tapiraí, Sarapuí, Pilar do Sul, Tatuí.

Ecoturismo e Natureza

Principalmente em: Tapiraí, Ibiúna, São Miguel Arcanjo, Piedade.

Turismo Histórico-Cultural

Predominante em: Itu, Porto Feliz, Tatuí, Cesário Lange, Sorocaba.

Turismo Gastronômico e Enoturismo

Força em: São Roque, Ibiúna, Sorocaba (circuitos emergentes).

Turismo de Aventura

Balonismo (Boituva), trilhas e esportes em Mairinque, Salto de Pirapora, Tapiraí.

Turismo Religioso

Presente em: Angatuba, Iperó, São Miguel Arcanjo.

Cicloturismo

Expansão notável em: Sorocaba, Votorantim, Piedade.

A RMS apresenta hoje mais de 12 segmentos ativos, revelando diversidade e potencial de integração regional.

3.10 Síntese Regional (2025)

A Região Metropolitana de Sorocaba apresenta em 2025:

- fortalecimento significativo do turismo como política pública;
- aumento do número de profissionais qualificados;
- maior institucionalização dos COMTUR;
- ampliação de PDTs revisados;
- investimentos robustos de DADETUR nos municípios já classificados;
- crescimento dos segmentos rural, ecológico e cultural;
- desafios persistentes relacionados à continuidade administrativa.

A maturidade da gestão turística evoluiu, mas ainda se mostra desigual entre municípios.

4. DISCUSSÃO

4.1 Avanços estruturais e o fortalecimento institucional do turismo na RMS

O aumento significativo no número de municípios com secretarias exclusivas ou com destaque para o turismo demonstra que a atividade passou a ocupar um espaço político mais relevante dentro das estruturas governamentais locais. Em 2017, a pasta era frequentemente vinculada à Cultura ou ao Esporte e, muitas vezes, assumia caráter secundário. Em 2025, ao contrário, cresce a percepção de que o turismo demanda autonomia administrativa, orçamento próprio e equipes qualificadas.

Esse avanço está alinhado com autores como Hall (2008) e Beni (2012), que apontam que a institucionalização é o primeiro passo para consolidar políticas públicas de turismo. A presença de secretarias exclusivas melhora:

- tempo de resposta do poder público;
- eficiência no uso de recursos;
- capacidade de planejamento;
- elaboração de projetos para captação de investimentos;

- articulação com outras políticas setoriais (cultura, meio ambiente, agricultura, obras).

Municípios como Araçoiaba da Serra, Itu, Piedade e Tatuí exemplificam essa maturidade institucional, destacando-se na organização administrativa e na qualificação da equipe técnica.

4.2 Profissionalização assimétrica e dificuldades de contratação

Mesmo com avanços, a distribuição de profissionais qualificados ainda é desigual. Municípios com baixa capacidade fiscal e estruturas administrativas mais simples encontram obstáculos para contratar turismólogos, técnicos ou especialistas. Esse cenário confirma o que Silva (2016) afirma sobre a dependência de competências técnicas para o sucesso de políticas públicas: municípios sem profissionais especializados tendem a apresentar menor continuidade e menor qualidade de planejamento.

Além disso, muitos gestores relataram dificuldades como:

- ausência de concursos públicos específicos;
- impossibilidade legal de contratação temporária para turismo;
- falta de profissionais residentes nos municípios menores;
- rotatividade causada por mudanças de governo.

Esse contexto contribui para a conhecida “descontinuidade administrativa” — um gargalo recorrente tanto em 2017 quanto em 2025.

4.3 Os COMTUR como instrumentos de governança: avanços expressivos, mas ainda desiguais

A ativação e reestruturação dos COMTUR em 2025 representa um avanço decisivo. A RMS passou de 14 conselhos ativos (2017) para 22 (2025), aproximando-se da universalização. Essa evolução ocorre principalmente por exigências do DADETUR e dos programas de MIT/Estância, bem como pela pressão da sociedade civil e de instâncias regionais de governança.

Contudo, a eficácia dos conselhos ainda varia. Muitos apresentam:

- baixa representatividade da sociedade civil;
- reuniões esporádicas;
- regimentos internos desatualizados;
- falta de clareza sobre a função deliberativa.

Por outro lado, conselhos como os de Araçoiaba da Serra, Itu, Tapiraí e Sorocaba mostram que COMTUR bem estruturados são motores reais de políticas públicas. Eles funcionam como:

- instâncias de pactuação;
- espaços de fiscalização social;
- mecanismos de continuidade enfrentando trocas de governo;
- arenas de diálogo entre turismo urbano, rural e ambiental.

Essa heterogeneidade reforça o que muitos autores defendem: *governança é mais importante do que infraestrutura para o desenvolvimento sustentável*.

4.4 PDT: da obrigatoriedade ao planejamento estratégico real

A ampliação dos municípios com Plano Diretor de Turismo atualizado revela que a RMS está avançando num aspecto fundamental da gestão. O PDT deixou de ser apenas um documento exigido para captação de recursos e passou a orientar, de fato, decisões estratégicas.

Os dados de 2025 revelam três movimentos importantes:

1. Mais municípios com PDT atualizado

Passaram de 12 (2017) para 18 (2025).

2. Melhor qualidade dos diagnósticos e inventários

Muitos municípios passaram a incluir:

- indicadores socioeconômicos robustos;

- análises espaciais (GIS);
- mapeamento do turismo rural;
- análise da capacidade de carga;
- fluxos turísticos internos.

3. Alinhamento a políticas nacionais e estaduais

Mais PDTs estão agora integrados às diretrizes do:

- Programa MIT/Estância;
- Mapa do Turismo Brasileiro;
- Plano Estadual de Turismo.

Esses avanços refletem a consolidação de uma cultura de planejamento no território metropolitano.

Todavia, problemas persistem:

- municípios menores ainda dependem de consultorias externas;
- ausência de monitoramento dificulta avaliar eficácia do PDT;
- planos antigos sofrem com a falta de revisão.

4.5 DADETUR: impacto direto na infraestrutura, mas acesso desigual

O DADETUR continua sendo o principal fundo de investimentos em infraestrutura turística para municípios classificados como MIT ou Estância. Os dados de 2025 mostram que os municípios que possuem acesso regular aos recursos apresentam:

- atrativos revitalizados;
- circuitos integrados criados;
- melhorias urbanísticas em áreas históricas;
- expansão da sinalização turística;
- desenvolvimento de parques, museus e praças.

Cidades como Araçoiaba da Serra, Itu, Boituva e Piedade exibem evolução significativa, inclusive com obras de grande porte.

Entretanto, municípios sem acesso ao DADETUR — seja por falta de PDT, COMTUR ou classificação — continuam defasados, evidenciando uma **dupla velocidade** de desenvolvimento na RMS: uma região que cresce rapidamente e outra que permanece estagnada.

4.6 Segmentação turística: RMS torna-se mais diversa e mais integrada

A diversidade de segmentos turísticos declarados em 2025 mostra uma RMS plural, com vocações distintas, mas complementares. O fortalecimento do turismo rural e ecológico, a expansão do cicloturismo e a consolidação do turismo histórico-cultural criam **oportunidades de integração regional**, permitindo:

- criação de rotas unificadas;
- fortalecimento da identidade territorial;
- valorização de produtos gastronômicos;
- expansão da economia criativa;
- promoção conjunta da RMS como destino multi-segmentado.

A presença de segmentos emergentes — como turismo de eventos, esportes de aventura e enoturismo — também indica que a região amplia seus mercados, atendendo perfis turísticos diversificados.

4.7 Governança regional: avanços da IGR e necessidade de ampliação

A atuação da IGR Sorocaba e região, embora ainda em consolidação, tem contribuído para:

- troca de informações entre gestores;
- apoio à elaboração de PDT;
- criação de projetos intermunicipais;

- cursos de capacitação;
- articulação com o Estado.

Contudo, a governança regional ainda precisa vencer:

- baixa participação de alguns municípios;
- dificuldades de agenda;
- falta de indicadores comuns;
- ausência de um plano estratégico regional integrado.

4.8 Principais desafios identificados (2025)

Mesmo com avanços, os municípios apontam desafios estruturais semelhantes:

1. Baixa continuidade administrativa

Trocas de secretários e equipes interrompem processos.

2. Falta de profissionais especializados

Impacta PDT, COMTUR e projetos estruturantes.

3. Dificuldades orçamentárias

Principalmente nos municípios não classificados como MIT.

4. Ausência de monitoramento de resultados

Sem indicadores, fica difícil medir o impacto real das políticas.

5. Estrutura física limitada em alguns municípios

Falta de centros de atendimento ao turista, sedes da secretaria, veículos para fiscalização etc.

4.9 Síntese interpretativa: uma RMS mais madura, porém desigual

A análise revela que a RMS evoluiu de forma significativa desde 2017, apresentando:

- maior institucionalização;

- mais secretarias exclusivas;
- mais PDTs atualizados;
- mais COMTUR ativos;
- maior diversidade de segmentos;
- mais investimento estadual;
- melhor percepção da importância do turismo.

Entretanto, a região permanece marcada por assimetria de capacidades: enquanto alguns municípios despontam como referências estaduais, outros ainda operam em condições básicas, com baixa estrutura, ausência de técnicos e carência de planejamento.

Essa desigualdade é o principal desafio para que a RMS se consolide como região turística integrada, com governança sólida e projetos regionais consistentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização do estado da arte do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) em 2025 evidencia um território em plena transformação. O conjunto de dados levantados demonstra avanços expressivos na institucionalização do turismo, na consolidação de estruturas administrativas, na formação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), no uso de instrumentos de planejamento como o Plano Diretor de Turismo (PDT), e na diversificação de segmentos turísticos emergentes.

Ao comparar os resultados de 2017 com a realidade atual, observa-se que a RMS amadureceu significativamente enquanto região turística, ainda que esse processo ocorra de maneira desigual entre os municípios. Municípios mais estruturados — como Araçoiaba da Serra, Itu, Sorocaba, Tapiraí, Piedade e Tatuí — avançam em ritmo acelerado, enquanto os municípios com menor capacidade técnica ou orçamentária ainda enfrentam desafios relacionados à falta de profissionais especializados, limitações administrativas e descontinuidade política.

5.1 Principais avanços identificados

A análise dos dados revelou cinco avanços centrais que marcaram a evolução do turismo na RMS entre 2017 e 2025:

1. Fortalecimento institucional

O número de municípios com secretarias de turismo estruturadas aumentou significativamente, refletindo maior reconhecimento político e administrativo da atividade turística.

2. Profissionalização crescente

A presença de turismólogos e técnicos especializados vem crescendo, ainda que de forma desigual. Esse fator eleva a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas.

3. Ampliação e qualificação dos COMTUR

Com 22 conselhos ativos em 2025, a RMS apresenta quadro mais robusto de governança local, com maior participação da sociedade civil e regulamentação interna mais eficiente.

4. Atualização dos PDTs

O aumento de municípios com PDT atualizado dentro dos critérios legais demonstra comprometimento com o planejamento a médio e longo prazo, além de permitir acesso aos recursos do DADETUR.

5. Diversificação das vocações turísticas

A RMS hoje possui ampla variedade de segmentos, como turismo rural, ecoturismo, cicloturismo, histórico-cultural, religioso, gastronômico e de aventura, consolidando-se como território multifacetado.

5.2 Principais desafios persistentes

Apesar dos avanços, a RMS ainda enfrenta desafios estruturais que dificultam uma consolidação plena da atividade turística em escala regional:

1. Desigualdades administrativas e técnicas

Municípios menores ou com menor capacidade fiscal apresentam estruturas mais frágeis e dificuldade para contratar profissionais especializados.

2. Baixa continuidade administrativa

A recorrente troca de equipes de governo entre gestões continua sendo um dos principais fatores de interrupção de projetos turísticos.

3. Ausência de indicadores e monitoramento

Ainda são poucos os municípios que trabalham com indicadores de desempenho, o que compromete a avaliação de impacto das políticas públicas.

4. Limitações de acesso ao DADETUR

Municípios não classificados como MIT/Estância enfrentam dificuldades estruturais para desenvolver seus atrativos e planejar investimentos turísticos.

5. Governança regional ainda incipiente

Embora a IGR tenha avançado, ainda são necessárias ações mais integradoras para efetivar estratégias regionais conjuntas.

5.3 Recomendações para o desenvolvimento turístico regional

A partir da análise dos dados e do comparativo temporal, recomenda-se:

1. Fortalecer a formação e contratação de profissionais de turismo

Sugere-se a criação de concursos regionais, capacitações permanentes e parcerias com universidades como forma de suprir lacunas técnicas.

2. Institucionalizar políticas para assegurar continuidade

Adoção de leis municipais que protejam:

- o funcionamento dos COMTUR;
- a vigência dos PDTs;
- a manutenção de estruturas administrativas específicas.

Isso reduz impactos de mudanças políticas.

3. Criar indicadores padronizados

Propõe-se que a IGR desenvolva um conjunto de indicadores regionais para:

- fluxo turístico;
- impacto econômico;
- participação da sociedade civil;
- execução das ações previstas nos PDTs.

Essa padronização permitirá comparações e facilitará a tomada de decisão.

4. Integrar segmentos turísticos em rotas regionais

Com base nas vocações identificadas, recomenda-se a criação de rotas intermunicipais:

- Rota do Turismo Rural da RMS
- Rota dos Sabores Paulistas
- Circuito do Verde e Aventura
- Circuito Histórico Colonial
- Rota do Vinho e Gastronomia Paulista
- Rota do Cicloturismo

Essas rotas fortalecem a identidade regional e ampliam a atratividade do território.

5. Expandir a atuação da IGR

É necessário ampliar:

- reuniões técnicas;
- apoio na elaboração de PDTs;
- mediação entre municípios;
- programas de capacitação conjunta;
- elaboração de um Plano Estratégico Metropolitano de Turismo.

5.4 Perspectivas futuras

Com base nas respostas municipais, observa-se que os gestores vislumbram um cenário otimista para os próximos anos. A consolidação de Sorocaba como MIT, a ampliação de investimentos em infraestrutura urbana, a valorização do turismo rural e o fortalecimento do ecoturismo indicam que a RMS tende a se tornar um polo turístico de referência no estado de São Paulo.

Além disso, a crescente demanda por experiências ao ar livre e por atividades gastronômicas, culturais e esportivas sugere que a região possui amplo potencial para diversificar seus produtos e consolidar identidade própria dentro do contexto paulista.

5.5 Análise Final

O turismo na Região Metropolitana de Sorocaba evoluiu significativamente desde 2017, apresentando avanços estruturais, institucionais e estratégicos. A RMS demonstra maior capacidade de planejamento, governança e inovação, embora persistam desafios estruturais que exigem ações coordenadas entre municípios, Estado e sociedade civil.

Sendo uma região marcada pela pluralidade de vocações — que vão desde paisagens naturais exuberantes até patrimônios históricos relevantes —, a RMS possui condições favoráveis para consolidar-se como destino competitivo, sustentável e integrado. Para isso, será essencial fortalecer instrumentos de governança, garantir continuidade administrativa, assegurar apoio técnico permanente e promover políticas públicas baseadas em dados e evidências.

A atualização de 2025, portanto, não apenas atualiza o diagnóstico da região, mas também aponta caminhos concretos para o fortalecimento do turismo como vetor de desenvolvimento econômico, cultural, ambiental e social.

6. APÊNDICE

a) Questionário aplicado aos municípios

-Nome

-Município - e-mail

-O município possui um departamento exclusivo para turismo?

-Existe algum profissional qualificado em turismo atuando na sua equipe? Se

não, quais são as dificuldades para essa contratação?

-A gestão municipal considera o turismo uma prioridade estratégica para o desenvolvimento local?

-Como sua cidade tem utilizado os recursos recebidos via DADETUR?

-O COMTUR está em funcionamento no município? Ele inclui representantes da sociedade civil e do setor privado?

-O Plano Diretor de Turismo da cidade é atualizado regularmente? Conta com diagnóstico, inventário e plano de ação estruturado?

-As ações de turismo desenvolvidas são acompanhadas por indicadores de resultado? Há avaliação da efetividade das políticas implantadas?

-Como o município pretende garantir a continuidade das políticas públicas de turismo diante de mudanças de gestão?

-Junto aos cooperados e propriedades rurais, vocês já tem uma análise dos tipos de turismo que poderia ser abordado?

b) Cartilha desenvolvida para ser apresentada aos colaboradores:

Link de acesso:
<https://drive.google.com/file/d/154csu8ehORY8rOrc2S795CaOQVzBTgT8/view?usp=sharing>

6. REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 14. ed. São Paulo: Senac, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Mapa do Turismo Brasileiro 2025: critérios, composição e diretrizes*. Brasília, 2025.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Turismo: espaço, paisagem e território*. São Paulo: Roca, 2007.

HALL, C. Michael. *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. 2. ed. Harlow: Pearson, 2008.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA. *Respostas ao formulário de diagnóstico da gestão pública do turismo – RMS 2025*. Dados coletados via Google Forms e documentos complementares, agosto–outubro 2025.

PREFEITURA DE ARAÇOIABA DA SERRA. *Histórico de obras e investimentos com recursos DADETUR 2019–2025*. Araçoiaba da Serra, 2025.

PREFEITURA DE ITU. *Relatórios de gestão do turismo 2020–2024*. Itu, 2024.

SETUR/SP – Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. *Banco de dados DADETUR e convênios ativos*. São Paulo, 2025.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo no percurso do tempo*. Campinas: Papirus, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo e Viagens. *Programa Município de Interesse Turístico (MIT) e Estâncias Turísticas: normas, orientações e critérios de elegibilidade*. São Paulo, 2024.

SÃO PAULO (Estado). *Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014*. Cria a Região Metropolitana de Sorocaba, a Unidade Regional de Serviços e a Assembleia Metropolitana.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo e Viagens. *SISMAPA – Sistema de Monitoramento da Atividade Turística Paulista*. São Paulo: SETUR/SP, 2025. Disponível em: <www.turismo.sp.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SEBRAE. *Turismo rural: oportunidades de desenvolvimento local*. Brasília: SEBRAE, 2020.

SILVA, Juliana de Souza. *Gestão pública do turismo: desafios, limites e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa. *Informações sobre classificação turística e convênios*. São Paulo, 2025.

UNWTO – World Tourism Organization. *Tourism for Development*. Madrid: UNWTO, 2023.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: políticas públicas e planejamento regional*. São Paulo: Contexto, 2009.